

COMENTÁRIOS PROVA XXXII EXAME DA OAB - TRABALHO

70. Uma indústria de chocolates constatou que precisava de mais trabalhadores para produzir ovos de Páscoa e, em razão disso, contratou vários trabalhadores temporários, pelo prazo de 30 dias, por meio de uma empresa de trabalho temporário. Maria era uma dessas trabalhadoras temporárias. Ocorre que a empresa contratada (a empresa de trabalho temporário) teve a falência decretada pela Justiça e não pagou nada a esses trabalhadores temporários. Maria procura você, como advogado (a), para saber se a indústria de chocolates, tomadora do serviço, teria alguma responsabilidade.

Sobre a hipótese, de acordo com a norma de regência, assinale a afirmativa **correta**.

- A) **A indústria de chocolates contratante terá responsabilidade solidária.**
- B) Não haverá qualquer tipo de responsabilidade da contratante, porque a terceirização foi lícita.
- C) A então contratante se tornará empregadora dos trabalhadores temporários em razão da falência da empresa contratada.
- D) A indústria de chocolates contratante terá responsabilidade subsidiária se isso estiver previsto no contrato que entabulou com a empresa prestadora dos serviços.

Comentários:

Questão de nível Médio, devido à rara incidência nas provas da OAB. No entanto, bastava conhecimento da legislação relativa à terceirização/trabalho temporário:

Art. 16. No caso de falência da empresa de trabalho temporário, a empresa tomadora ou cliente é solidariamente responsável pelo recolhimento das contribuições previdenciárias, no tocante ao tempo em que o trabalhador esteve sob suas ordens, assim como em referência ao mesmo período, pela remuneração e indenização previstas nesta Lei.

(Art. 16 da Lei 6019/74)

71. Luiz e Selma são casados e trabalham para o mesmo empregador. Ambos são teletrabalhadores, tendo o empregador montado um home office no apartamento do casal, de onde eles trabalham na recepção e no tratamento de dados informatizados. Para a impressão dos dados que serão objeto de análise, o casal necessitará de algumas resmas de papel, assim como de toner para a impressora que utilizarão. Assinale a opção que indica quem deverá arcar com esses gastos, de acordo com a CLT.

- A) Cada parte deverá arcar com 50% desse gasto.
- B) A empresa deverá arcar com o gasto porque é seu o risco do negócio.
- C) **A responsabilidade por esse gasto deverá ser prevista em contrato escrito.**
- D) O casal deverá arcar com o gasto, pois não há como o empregador fiscalizar se o material será utilizado apenas no trabalho

Comentários:

Questão de nível fácil. Letra de lei, art. 75-Art. 75-D. As disposições relativas à responsabilidade pela aquisição, manutenção ou fornecimento dos equipamentos tecnológicos e da infraestrutura necessária e adequada à prestação do trabalho remoto, bem como ao reembolso de despesas arcadas pelo empregado, serão previstas em contrato escrito.

72. Desde abril de 2019, Denilson é empregado em uma indústria de cosméticos, com carteira profissional assinada. No último contracheque de Denilson verifica-se o pagamento das seguintes parcelas: abono, prêmio, comissão e diária para viagem. Considerando essa situação, assinale a opção que indica a verba que, de acordo com a CLT, integra o salário e constitui base de incidência de encargo trabalhista.

- A) Abono.
- B) Prêmio.
- C) **Comissão.**
- D) Diária para viagem.

Comentários:

Questão de nível fácil. Letra de lei: art. 457, §1º da CLT: § 1º Integram o salário a importância fixa estipulada, as gratificações legais e as comissões pagas pelo empregador.

73. Regina foi admitida pela sociedade empresária Calçados Macios Ltda., em abril de 2020, para exercer a função de estoquista. No processo de admissão, foi ofertado a Regina um plano de previdência privada, parcialmente patrocinado pelo empregador. Uma vez que as condições pareceram vantajosas, Regina aderiu formalmente ao plano em questão. No primeiro contracheque, Regina, verificou que, na parte de descontos, havia subtrações a título de INSS e de previdência privada. Assinale a opção que indica, de acordo com a CLT, a natureza jurídica desses descontos.

- A) Ambos são descontos legais.
- B) **INSS é desconto legal e previdência privada, contratual.**
- C) Ambos são descontos contratuais.
- D) INSS é desconto contratual e previdência privada, legal.

Comentários:

Questão de nível médio, pois se trata de assunto raramente cobrado, que exigia conhecimento interdisciplinar (previdenciário e trabalho). O aluno deveria se utilizar do "bom senso" para responder, tendo em vista a existência de legislação específica para tratar de descontos relativo ao INSS (leis 8.212 e 8213 que tratam da previdência geral – regime geral de previdência-, tratando-se de desconto previsto em lei), sendo certo que não há na lei obrigatoriedade de a empresa fornecer previdência privada, tratando-se portanto de estipulação contratual.

O conhecimento das parcelas de natureza indenizatória (aulas relativas a salários), ajudariam a responder – art. 458, VI da CLT

74. Godofredo foi contratado como vendedor de automóveis usados pela sociedade empresária Carango de Ouro Ltda., em julho de 2019. Godofredo recebia salário fixo acrescido de 5% sobre as vendas por ele efetuadas. Em março de 2020, Godofredo vendeu um automóvel por R\$ 30.000,00, divididos em 10 parcelas de R\$ 3.000,00 mensais. Ocorre que Godofredo foi dispensado, por justa causa, dois meses após. Sobre a situação retratada, segundo os termos da CLT, assinale a afirmativa **correta**.

- A) O empregado perderá o direito à comissão vincenda, em razão da falta grave que motivou a dispensa por justa causa.
- B) Godofredo terá direito a receber antecipadamente a comissão sobre as parcelas futuras, porque o motivo da ruptura contratual é irrelevante.
- C) **O empregador poderá pagar a comissão ao empregado dispensado, de acordo com a respectiva liquidação, ao longo do tempo.**
- D) A Lei determina o pagamento de metade da comissão vincenda, uma vez que Godofredo praticou falta grave.

Comentários:

Questão de nível de difícil, raramente cobrada. Conhecimento da letra de lei: Art. 466 da CLT: Art. 466 - O pagamento de comissões e percentagens só é exigível depois de ultimada a transação a que se referem. § 1º - Nas transações realizadas por prestações sucessivas, é exigível o pagamento das percentagens e comissões que lhes disserem respeito proporcionalmente à respectiva liquidação. § 2º - A cessação das relações de trabalho não prejudica a percepção das comissões e percentagens devidas na forma estabelecida por este artigo.

75. Bruno era empregado em uma sociedade empresária, na qual atuava como teleoperador de vendas on-line de livros e artigos religiosos, usando, em sua estação de trabalho, computador e headset. Em determinado dia, o sistema de câmeras internas flagrou Bruno acessando, pelo computador, um site pornográfico por 30 minutos, durante o horário de expediente. Esse fato foi levado à direção no dia seguinte, que, indignada, puniu Bruno com suspensão por 40 dias, apesar de ele nunca ter tido qualquer deslize funcional anterior. Diante da situação apresentada e dos termos da CLT, assinale a afirmativa **correta**.

- A) A punição, tal qual aplicada pela empresa, importa na rescisão injusta do contrato de trabalho.
- B) A punição é compatível com a gravidade da falta, devendo Bruno retornar ao emprego após os 40 dias de suspensão.
- C) A empresa deveria dispensar Bruno por justa causa, porque pornografia é crime, e, como não o fez, considera-se perdoada a falta.
- D) A empresa errou, porque, sendo a primeira falta praticada pelo empregado, a Lei determina que se aplique a pena de advertência.

Comentários:

Questão de nível fácil, conhecimento da lei – prazo máximo aplicação suspensão - art. Art. 474 - A suspensão do empregado por mais de 30 (trinta) dias consecutivos importa na rescisão injusta do contrato de trabalho.